



SEFAZ-AL

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS

AUDITOR FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL (AFTE)

- ▶ Matemática Financeira
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Contabilidade Geral
- ▶ Direito Tributário
- ▶ Estatística e Probabilidade
- ▶ Contabilidade Pública
- ▶ Economia
- ▶ Finanças Públicas
- ▶ Legislação Tributária Estadual
- ▶ Inteligência Artificial
- ▶ Desenvolvimento de Sistemas
- ▶ Infraestrutura de TIC e Segurança da Informação
- ▶ Reforma Tributária
- ▶ Auditoria Fiscal
- ▶ Ciência de Dados

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 1 - SEFAZ/AL, DE 24 DE
AGOSTO DE 2026**



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SEFAZ - AL

Auditor Fiscal da Administração Tributária Estadual (AFTE)

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Regra De Três Simples E Composta, Proporcionalidades E Porcentagens	1
Juros Simples E Compostos; Capitalização E Desconto	6
Taxas De Juros Nominal, Efetiva, Equivalente, Real E Aparente; Planos De Amortização De Empréstimos E Financiamentos; Sistema Francês (Tabela Price); Sistema De Amortização Constante (Sac); Sistema De Amortização Misto (Sam).....	13
Rendas Uniformes E Variáveis	22
Cálculo Financeiro.....	28
Custo Real E Efetivo Das Operações De Financiamento, Empréstimo E Investimento	30
Avaliação Econômica De Projetos	34
Taxas De Retorno E Taxas Internas De Retorno.....	37
Questões	41
Gabarito	45

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Aplicabilidade das normas constitucionais; Normas de eficácia plena, contida e limitada; Normas programáticas	1
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos	4
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	21
Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos	34
Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do presidente da República	44
Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições; Processo legislativo; Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases; Processo legislativo estadual, distrital e municipal: normas constitucionais federais aplicáveis; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Comissões parlamentares de inquérito	48
Poder Judiciário: Disposições gerais.....	65
Funções essenciais à justiça: Ministério Público, advocacia pública; Advocacia privada e Defensoria Pública	73

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Controle de constitucionalidade: Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões; Súmula vinculante; Reclamação constitucional; Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos; Controle de constitucionalidade nos estados e no Distrito Federal	81
Ordem econômica e financeira.....	86
Finanças públicas.....	98
Questões	110
Gabarito.....	114

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: Conceitos; Elementos	1
Direito administrativo: Conceito; Objeto; Fontes	5
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Extinção do ato administrativo; Cassação, anulação, revogação e convalidação; Decadência administrativa	8
Agentes públicos: Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública; Provimento; Vacância; Efetividade, estabilidade e vitaliciedade; Remuneração; Direitos e deveres; Responsabilidade; Processo administrativo disciplinar	15
Poderes da administração pública: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder.....	21
Regime jurídico administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da administração pública	25
Responsabilidade civil do Estado: Evolução histórica; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; Reparação do dano; Direito de regresso	29
Serviços públicos: Conceito; Elementos constitutivos; Formas de prestação e meios de execução; Delegação; Concessão, permissão e autorização; Classificação; Princípios	34
Organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; Entidades paraestatais e terceiro setor; Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público	39
Controle da administração pública: Controle exercido pela administração pública; Controle judicial; Controle legislativo	46
Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992 e suas alterações	50

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Processo administrativo	69
Licitações e contratos administrativos: Legislação pertinente; Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 11.462/2013 e suas alterações (Sistema de registro de preços); Fundamentos constitucionais; Elaboração e fiscalização de contratos; Elaboração de projetos básicos para contratação de bens e serviços; Critérios de remuneração por esforço versus produto; Cláusulas e indicadores de nível de serviço; Papel do fiscalizador do contrato; Acompanhamento da execução contratual; Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas	76
Crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal.....	173
Questões	189
Gabarito.....	193

CONTABILIDADE GERAL

Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade	1
Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica.....	2
Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos.....	4
Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos	5
Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas ...	6
Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa	6
Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens.....	9
Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração	14
Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição	16
Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição	23
Normas Brasileiras de Contabilidade	24
Questões	28
Gabarito.....	32

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema Tributário Nacional; Princípios Gerais; Limitações do Poder de Tributar	1
Direito tributário: Conceito e princípios.....	6
Tributos: conceito e espécies; Impostos; Taxas; Contribuição de Melhoria; Imunidades; Impostos da União; Impostos dos estados e do Distrito Federal; Impostos dos municípios	10

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Repartição das receitas tributárias	47
Código Tributário Nacional; Competência tributária e suas limitações	55
Normas gerais de direito tributário; Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza.....	91
Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.....	95
Responsabilidade tributária; Responsabilidade dos Sucessores; Solidariedade e sucessão; Responsabilidade pessoal e de terceiros; Responsabilidade por infrações; Responsabilidade supletiva.....	98
Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento e suas modalidades; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito; Garantias e privilégios do crédito tributário.....	106
Administração Tributária; Fiscalização; Sigilo Fiscal; Dívida Ativa; Certidões Negativas	117
Lei Complementar nº 118, de 2005	121
Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990 e suas alterações)	123
Questões	127
Gabarito.....	131

ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE

Estatística Descritiva: Análise Exploratória De Dados; Gráficos, Diagramas, Tabelas, Medidas Descritivas (Posição, Dispersão, Assimetria E Curtose)	1
Probabilidade: Definições Básicas E Axiomas; Probabilidade Condicional E Independência.....	15
Amostragem: Amostragem Aleatória Simples, Estratificada, Sistemática E Por Conglomerados	17
Questões	21
Gabarito.....	27

CONTABILIDADE PÚBLICA

Conceituação, objeto e campo de aplicação.....	1
Patrimônio público. Ativo. Passivo. Saldo patrimonial.....	7
Variações patrimoniais. Qualitativas. Quantitativas. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. Realização da variação patrimonial. Resultado patrimonial	16
Mensuração de ativos. Ativo imobilizado. Ativo intangível. Reavaliação e redução ao valor recuperável. Depreciação, amortização e exaustão	18
Mensuração de passivos. Provisões. Passivos contingentes	19
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições	20
Sistema de custos. Aspectos legais do sistema de custos. Ambiente da informação de custos. Características da informação de custos. Terminologia de custos	21
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP	23

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Demonstração das variações patrimoniais. Balanço patrimonial. Demonstração dos fluxos de caixa. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Consolidação das demonstrações contábeis	29
Transações no setor público	37
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP	39
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 11ª edição	46
Regime contábil	51
Questões	56
Gabarito	60

ECONOMIA

Introdução aos problemas econômicos: escassez e escolha; curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores; livre mercado; papel do governo em uma economia em desenvolvimento	1
Microeconomia: oferta e demanda; elasticidades; teoria da produção; custos; concorrência perfeita; monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas de mercado	6
Macroeconomia: contas nacionais; produto e renda; agregados macroeconômicos; consumo, poupança e investimento; multiplicador; setor público; políticas de estabilização	11
Questões	17
Gabarito	20

FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças públicas: conceitos, objetivos, metas e abrangência. Funções do Estado e função de bem-estar. Políticas alocativas, distributivas e de estabilização. Financiamento dos gastos públicos, tributação e equidade. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade	1
Política econômica e fiscal. Instrumentos das políticas fiscal, regulatória e monetária. Equilíbrio orçamentário, estabilização da moeda, pleno emprego, desenvolvimento econômico e redistribuição da renda. Déficit público: conceito, mensuração, financiamento e sustentabilidade da política fiscal. Crédito público como fonte de financiamento e seus limites. Dívida pública. Reformas administrativa e previdenciária e seus impactos fiscais	
Orçamento público. Conceito, técnicas e princípios orçamentários. Ciclo e processo orçamentários	8
Orçamento público no Brasil. Sistema de planejamento e orçamento. Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias e estrutura programática. Créditos ordinários e adicionais	
Programação e execução orçamentária e financeira. Descentralização orçamentária e financeira. Acompanhamento e controle da execução. Sistemas de informações. Alterações orçamentárias e créditos adicionais	23
Receita pública: conceito, classificações, estágios, fontes e dívida ativa	26

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Despesa pública: conceito, classificações e estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívidas fluante e fundada. Suprimento de fundos	33
Ordenador de despesa: conceito, ordenador primário e delegação de competência ...	41
Responsabilidade e controle fiscal. Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal)	44
Lei nº 4.320/1964 e suas alterações	72
SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).....	90
Fluxo de caixa. Elaboração, apresentação, projeção e análise. Fluxos de caixa descontados. Valor presente líquido (VPL) e taxa interna de retorno (TIR). Valores antecipados e postecipados; valor presente e valor futuro; taxa de juros e prazo	93
Moeda, crédito e Sistema Financeiro Nacional. Conceitos e funções da moeda. Base monetária, meios de pagamento e multiplicador monetário. Banco Central e instrumentos de controle monetário. Estrutura e instituições do Sistema Financeiro Nacional	96
Setor externo: balanço de pagamentos, equilíbrio e desequilíbrio, taxas de câmbio e regimes cambiais fixos e flexíveis	100
Mercado financeiro brasileiro. Dinâmica e instituições. Mercados primário e secundário e bolsas de valores. Operações à vista, contratos a termo, contratos futuros e mercado de opções	103
Questões	107
Gabarito.....	111

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Lei Estadual nº 5.900/1996 (ICMS), e suas alterações.....	1
Lei Estadual nº 6.555/2004 (IPVA), e suas alterações.....	62
Lei Estadual nº 5.077/1989 (ITCD), e suas alterações	80
Lei Estadual nº 6.771/2006 (Processo Administrativo Tributário), e suas alterações ...	95
Lei Estadual nº 8.085/2018 (Programa Contribuinte Arretado), e suas alterações	122
Questões	132
Gabarito.....	135

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Fundamentos de inteligência artificial: Relações entre inteligência artificial, aprendizado de máquina e deep learning	1
Redes neurais artificiais	4
Deep learning	10
Processamento de linguagem natural: Mineração de texto	15
Visão computacional	21
Inteligência artificial generativa: Modelos de linguagem de grande escala – LLM; Geração aumentada por recuperação – RAG.....	24
Questões	40
Gabarito.....	44

SUMÁRIO



DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Modelagem De Processos De Negócio: Conceitos Básicos; Identificação E Delimitação De Processos De Negócio; Técnicas De Mapeamento De Processos (Modelos As-Is E To-Be).....	1
Metodologias Ágeis De Desenvolvimento De Software: Xp, Scrum E Kanban	4
Integração Contínua E Entrega Contínua	7
Arquitetura De Software: Arquitetura De Aplicações Web Em Modelo De Três Camadas; Domain-Driven Design (Ddd); Arquitetura Orientada A Serviços (Soa); Arquitetura De Microserviços.....	10
Soluções De Integração Entre Sistemas: Api Rest	14
Testes De Software: Testes Unitários, Testes De Integração E Tdd	17
Desenvolvimento: Linguagem Java; Linguagem Javascript	23
Ferramentas De Versionamento Git.....	30
Segurança No Desenvolvimento: Práticas De Programação Segura E Revisão De Código; Melhores Práticas De Codificação Segura Owasp.....	34
Conceitos Avançados Em Engenharia E Arquitetura De Software: Arquitetura Orientada A Eventos; Mensageria; Transações Distribuídas E Teorema Cap; Gerenciamento De Identidades Com Oauth 2.0 E Jwt; Api Gateways.....	38
Questões	42
Gabarito.....	47

INFRAESTRUTURA DE TIC E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Infraestrutura em nuvem. Nuvens pública e privada; IaaS, PaaS, SaaS e workloads. Estratégias de migração de aplicações, computação serverless e modelo de responsabilidade compartilhada. Contêineres e orquestração: Docker, Podman e Kubernetes	1
DevOps e DevSecOps: conceitos, práticas e ferramentas	4
Gestão de serviços. Conceitos e práticas. ITIL v4: controle de mudanças; gerenciamento de liberação, incidentes e problemas; service desk	8
Forense computacional. Preservação de evidências, hash de arquivos e cadeia de custódia. Coleta, espelhamento e imagem de discos. Técnicas antiforense: criptografia e esteganografia. Sanitização de discos e wipe.....	11
Redes de computadores. Firewall e web application firewall (WAF). Proxy e proxy reverso. DNS. Redes MPLS e SD-WAN. Segmentação e microsegmentação de redes.....	15
Segurança da informação. Gestão de segurança da informação e continuidade do negócio. Gestão de identidade e acesso. Gestão de riscos de segurança da informação. Arquitetura zero trust. Identificação, análise e correção de vulnerabilidades. Ataques em redes e aplicações corporativas e medidas de proteção. Segurança de endpoints. Avaliação e testes de segurança em infraestrutura, redes e aplicações. Infraestrutura de chaves públicas e certificação digital. Prevenção e tratamento de incidentes de segurança da informação.....	18
Questões	22
Gabarito.....	26

SUMÁRIO



REFORMA TRIBUTÁRIA

Emenda Constitucional nº 132/2023	1
Lei Complementar nº 214/2025.....	27
Lei Complementar nº 227/2026.....	27
Resolução CGIBS nº 6/2026, alterada pela Resolução CGIBS nº 13/2026 (Regulamento do IBS).....	27
IBS, CBS e Imposto Seletivo.....	28
Princípio do destino	31
Incidência, não incidência, imunidades, fato gerador, base de cálculo, alíquotas e sujeição passiva	34
Não cumulatividade e apropriação de créditos	37
Extinção dos débitos, ressarcimento e pagamento indevido	40
Importação e exportação.....	44
Cashback e Cesta Básica Nacional	47
Regimes diferenciados e específicos	50
Administração Tributária e Comitê Gestor do IBS.....	53
Processo Administrativo Tributário do IBS	56
Distribuição do produto da arrecadação do IBS.....	59
Regras de transição do IBS, CBS e ICMS	62
Split payment.....	65
Apuração assistida	68
Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) e Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB)	71
Tabela de Código de Crédito Presumido do IBS e CBS (cCredPres)	74
Novas obrigações acessórias: DeRE, Nota Fiscal de Alienação de Bens Imóveis (NF-ABI), Nota Fiscal de Água e Saneamento (NFAg), Bilhete de Passagem Eletrônico Aéreo (BP-e Aéreo), Nota Fiscal de Gás (NF-e Gás) e declarações e documentos fiscais das plataformas digitais.....	77
Questões	80
Gabarito.....	83

AUDITORIA FISCAL

Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).....	1
Manual de Orientação ao Contribuinte da NF-e e NFC-e (MOC – versão 7.0).....	4
Guia Prático da EFD ICMS/IPI (versão 3.2.2).....	4
Manual de Orientação ao Contribuinte do CT-e e CT-e OS (versão 4.0).....	4
Manual de Orientação ao Contribuinte do MDF-e (versão 3.0b).....	5
Tabelas nacionais CFOP, CST, CSOSN e cBenef.....	5
Cruzamento e consistência entre documentos fiscais eletrônicos e EFD ICMS/IPI	8



Identificação de omissão de receitas, divergências de escrituração, créditos indevidos e inconsistências fiscais	12
Questões	15
Gabarito	19

CIÊNCIA DE DADOS

Dado, informação, conhecimento e inteligência	1
Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos	2
Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dado	19
Bancos de dados relacionais. Conceitos e características	22
Metadados, tabelas, visões, índices, chaves e relacionamentos	25
Modelagem relacional, dimensional e multidimensional	28
Planilhas e SQL	31
Processo de ciência de dados	34
Modelo de referência CRISP-DM	37
Técnicas de pré-processamento de dados	40
Visualização e análise exploratória de dados	43
Mineração de dados. Classificação. Regras de associação. Regressão. Análise de agrupamentos (clusterização). Detecção de anomalias. Modelagem preditiva	46
Aprendizado de máquina: fundamentos, principais algoritmos e métricas de desempenho	49
Big Data: conceitos, premissas e aplicações	55
Business Intelligence	60
Questões	63
Gabarito	66

SUMÁRIO



Matemática Financeira

A razão estabelece uma comparação entre duas grandezas, sendo o coeficiente entre dois números¹.

Já a proporção é determinada pela igualdade entre duas razões, ou ainda, quando duas razões possuem o mesmo resultado.

Note que a razão está relacionada com a operação da divisão. Vale lembrar que duas grandezas são proporcionais quando formam uma proporção.

Ainda que não tenhamos consciência disso, utilizamos cotidianamente os conceitos de razão e proporção. Para preparar uma receita, por exemplo, utilizamos certas medidas proporcionais entre os ingredientes.

Para encontrar a razão entre duas grandezas, as unidades de medida terão de ser as mesmas.

A partir das grandezas A e B temos:

► Razão

$$A/B$$

ou $A : B$, onde $b \neq 0$.

► Proporção

$$A/B = C/D$$

onde todos os coeficientes são $\neq 0$.

Exemplo: Qual a razão entre 40 e 20?

$$40/20 = 2$$

Lembre-se que numa fração, o numerador é o número acima e o denominador, o de baixo.

$$1/2$$

1 = Numerador

2 = Denominador

Se o denominador for igual a 100, temos uma razão do tipo porcentagem, também chamada de razão centesimal.

$$30\% = 30/100 = 0,3$$

Além disso, nas razões, o coeficiente que está localizado acima é chamado de antecedente (A), enquanto o de baixo é chamado de consequente (B).

$$A/B$$

A = Antecedente

B = Consequente

Qual o valor de x na proporção abaixo?

$$1/3 = 12/x$$

$$x = 12 \cdot 3$$

$$x = 36$$

Assim, quando temos três valores conhecidos, podemos descobrir o quarto, também chamado de “quarta proporcional”.

¹ <https://www.todamateria.com.br/razao-e-proporcao/>



O estudo da aplicabilidade das normas constitucionais é essencial à correta interpretação da Constituição Federal¹. Esse estudo permite compreender o alcance e a realizabilidade dos diversos dispositivos da Constituição.

Todas as normas constitucionais apresentam juridicidade. Todas elas são dotadas de imperatividade ou, em outras palavras, todas as normas constitucionais surtem efeitos jurídicos: o que varia entre elas é o grau de eficácia.

A doutrina americana (clássica) distingue duas espécies de normas constitucionais quanto à aplicabilidade: as normas autoexecutáveis (“*self-executing*”) e as normas não autoexecutáveis.

As normas autoexecutáveis são normas que podem ser aplicadas sem a necessidade de qualquer complementação. São normas completas, bastando-se a si mesmas. Já as normas não autoexecutáveis dependem de complementação legislativa antes de serem aplicadas: são as normas incompletas, as normas programáticas (que definem diretrizes para as políticas públicas) e as normas de estruturação (instituem órgãos, mas deixam para a lei a tarefa de organizar o seu funcionamento).

Embora a doutrina americana seja bastante didática, a classificação das normas quanto à sua aplicabilidade mais aceita no Brasil foi a proposta pelo Prof. José Afonso da Silva.

A partir da aplicabilidade das normas constitucionais, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em três grupos:

- Normas de eficácia plena;
- Normas de eficácia contida;
- Normas de eficácia limitada.

► Normas de eficácia plena

São aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos que o legislador constituinte quis regular. É o caso do art. 2º da CF/88, que diz: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

As normas de eficácia plena possuem as seguintes características:

- **são autoaplicáveis**, isto é, elas independem de lei posterior regulamentadora que lhes complete o alcance e o sentido. Isso não quer dizer que não possa haver lei regulamentadora versando sobre uma norma de eficácia plena; a lei regulamentadora até pode existir, mas a norma de eficácia plena já produz todos os seus efeitos de imediato, independentemente de qualquer tipo de regulamentação;
- **são não restringíveis**, ou seja, caso exista uma lei tratando de uma norma de eficácia plena, esta não poderá limitar sua aplicação;
- **possuem aplicabilidade direta** (não dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos), **imediata** (estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento em que a Constituição é promulgada) e **integral** (não podem sofrer limitações ou restrições em sua aplicação).

► Normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva

São normas que estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que podem ser restringidas por parte do Poder Público. Cabe destacar que a atuação do legislador, no caso das normas de eficácia contida, é discricionária: ele não precisa editar a lei, mas poderá fazê-lo.

¹ <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j3AAnRpJ4j8J:www.estrategiaconcursos.com.br/curso/main/downloadPDF/%3Faula%3D188713+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

**ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS****► Conceito de Estado****Estrutura política, jurídica e territorial**

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

► Elementos constitutivos do Estado**Povo, território e soberania**

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

► Finalidade do Estado**Realização do interesse público**

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

GOVERNO: CONCEITO, FUNÇÃO POLÍTICA E DIREÇÃO DO ESTADO**► Conceito de Governo****Comando político do Estado**

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.



► Conceito

Contabilidade é a ciência social que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade, observando seus aspectos quantitativos e por meio de técnicas, suas variações no decorrer do tempo.

Todas essas informações são úteis para a tomada de decisões, dentro e fora do ambiente da empresa, analisando, registrando e controlando o patrimônio. Através de relatórios gerados pela Contabilidade, esses dados são entregues ao seu público de interesse.

Como ciência social, a Contabilidade pode ter seus métodos aplicados nas pessoas físicas ou jurídicas, possuidoras ou não de finalidades lucrativas.

A Contabilidade pode ser dividida em algumas áreas:

- **Auditoria:** Conjunto de métodos e técnicas encarregados de analisar e avaliar atividades, no sentido de apurar a transparência dos registros contábeis e a exatidão da prática das operações para que seja emitida opinião formal sobre os as mesmas.
- **Perícia:** Pela definição da Norma Brasileira de Contabilidade, a perícia contábil é “o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo a emissão de laudo ou parecer sobre questões contábeis, mediante exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificado”.
- **Contabilidade do terceiro setor:** Possibilita demonstrar clareza para a sociedade no trabalho desenvolvido por entidades deste setor, gerando confiabilidade na captação de novos recursos.
- **Contabilidade Fiscal:** Atua através de conhecimentos específicos, registrando e escriturando todos os fatos que incidem nas obrigações tributárias. Muitas vezes, os serviços fiscais são terceirizados através de escritórios contábeis que ficam responsáveis também pela apuração e contabilização das rotinas de departamento pessoal.
- **Contabilidade de seguros:** Através de sistema de controle e análise financeiros, contabiliza as atividades de uma seguradora necessárias à tomada de decisão.
- **Contabilidade bancária:** Responsável pela contabilização das instituições de crédito e finanças.
- **Contabilidade Pública:** Conjunto de normas e princípios , aplicados para o controle do patrimônio das entidades do setor público.
- **Contabilidade imobiliária:** Área da Contabilidade que analisa e controla o patrimônio das empresas com atividades no mercado imobiliário.
- **Contabilidade digital:** Concentração de órgãos do governo Federal na formalização dos registros de escrituração contábil eletrônica com o objetivo de combater a sonegação fiscal.
- **Contabilidade de Custos:** Voltada para a análise dos custos que a empresa possui na produção de seus bens ou na prestação de seus serviços.
- **Consolidação de balanços:** Técnica contábil utilizada para concentrar o patrimônio e os resultados de um grupo de empresas que tem o mesmo controle societário.

► Objetivo

O Objetivo da Contabilidade é registrar, organizar e formalizar atos e fatos que afetam a entidade. Além de apresentar de maneira estruturada, seus bens, direitos, obrigações e resultados. As principais técnicas utilizadas para o alcance de seus objetivos são: escrituração, demonstrações contábeis e análise de balanços.



► Sistema Tributário Nacional¹

O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Constituição, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais, conforme estabelece o art. 2º do CTN.

Segundo o STF, os tributos, nas suas diversas espécies, compõem o Sistema Constitucional Tributário brasileiro, que a Constituição inscreve nos seus arts. 145 a 162.

Leciona Kiyoshi Harada: *“Sistema Tributário Nacional é o conjunto de normas constitucionais de natureza tributária, inserido no sistema jurídico global, formado por um conjunto unitário e ordenado de normas subordinadas aos princípios fundamentais reciprocamente harmônicos, que organiza os elementos constitutivos do Estado, que outra coisa não é senão a própria Constituição”.*

É o complexo normativo formado pela Constituição Federal, pelas leis complementares e pelas leis de cada pessoa política.

Assim, ao conjunto das regras destinadas a regular a instituição, a cobrança, a arrecadação e a partilha de tributos dá-se o nome de “Sistema Tributário Nacional”. Tomando a expressão em sentido amplo, aí estão: disposições constitucionais, leis, decretos, portarias, instruções normativas –, em suma, tudo aquilo que no ordenamento jurídico possa dizer respeito a exigências fiscais.

O termo “sistema” agrega certa ordem interna ao conjunto. E a ordem indica, sobretudo, hierarquia. As disposições não estão todas elas justapostas, lado a lado, no mesmo patamar. Há uma estrutura escalonada. Os decretos devem ser produzidos e aplicados conforme as leis – ordinárias e complementares – e essas, por sua vez, conforme a Constituição.

Isso significa que, para cobrar tributos dos seus cidadãos-contribuintes, existe um conjunto de diretrizes que precisa ser respeitado pelo Poder Público, a começar pela própria Constituição Federal.

Abaixo da Constituição, estão o Código Tributário Nacional (CTN) e as leis complementares responsáveis pela veiculação das normas gerais em matéria de Direito Tributário, aplicáveis a todos os níveis da federação, resoluções do Senado Federal e do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e, em seguida, as leis que instituem e disciplinam a cobrança de cada um dos tributos nos diferentes entes federativos. O que agrega todos esses atos normativos e os reúne num mesmo “sistema” é a noção de tributo.

Conforme o Código Tributário Nacional - CTN, tributo é essencialmente uma “prestação pecuniária”, e na Lei Geral de Orçamentos, é uma receita derivada. O cidadão paga tributo ao Estado, e este o toma para si como receita pública, a ser empregada para custear os serviços e demais atividades que lhe são atribuídas pela Constituição e pela legislação em vigor.

► Princípios Gerais²

Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade, consequência direta do estado democrático de direito, tem alcance não só no direito tributário, mas também em todas as áreas do direito, ao estabelecer que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer, senão em virtude de lei, conforme dispõe o art. 5º, II, da CF. No tocante ao direito tributário, aplica-se à instituição, majoração, redução ou modificação de tributos, pois estas só poderão ser alteradas ou instituídas por meio de lei. Esse atributo traduz uma limitação ao poder de tributar dos entes federativos, na medida em que impõe uma forma jurídica específica que deverão respeitar para que possam criar ou alterar os tributos.

¹ Mazza, Alexandre. Curso de direito tributário. (10th edição). Editora Saraiva, 2024.

² Pinto, Fabiana L. Direito Tributário. Editora Manole, 2012.



ESTATÍSTICA DESCRITIVA

O objetivo estatístico descritivo é sintetizar as principais características de um conjunto de dados usando tabelas, gráficos e resumos numéricos.

As estatísticas estão se tornando uma importante ferramenta de apoio à decisão todos os dias. Resumindo: É um conjunto de métodos e técnicas que ajudam a tomar decisões em meio à incerteza.

Estatística descritiva (Dedutiva)

O objetivo da Estatística Descritiva é resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Fazemos uso de:

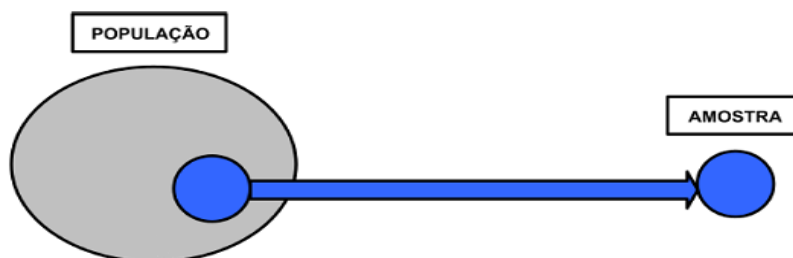
- **Tabelas de frequência:** ao dispor de uma lista volumosa de dados, as tabelas de frequência servem para agrupar informações de modo que estas possam ser analisadas. As tabelas podem ser de frequência simples ou de frequência em faixa de valores.
- **Gráficos:** o objetivo da representação gráfica é dirigir a atenção do analista para alguns aspectos de um conjunto de dados. Alguns exemplos de gráficos são: diagrama de barras, diagrama em setores, histograma, boxplot, ramo-e-folhas, diagrama de dispersão, gráfico sequencial.
- **Resumos numéricos:** por meio de medidas ou resumos numéricos podemos levantar importantes informações sobre o conjunto de dados tais como: a tendência central, variabilidade, simetria, valores extremos, valores discrepantes, etc.

Estatística inferencial (Indutiva)

Usar informações incompletas para tomar decisões e tirar conclusões satisfatórias. A base do método estatístico lógico é o cálculo de probabilidades. Usamos:

- **Estimação:** a técnica consiste em utilizar um conjunto de dados incompletos, ao qual iremos chamar de amostra, e nele calcular estimativas de quantidades de interesse. Estas estimativas podem ser pontuais (representadas por um único valor) ou intervalares.
- **Teste de Hipóteses:** o fundamento é levantar suposições acerca de uma quantidade não conhecida e utilizar, também, dados incompletos para criar uma regra de escolha.

População e amostra





A Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos, garantindo o controle, o registro e a transparência das finanças de governos e entidades públicas. A partir da análise contábil, gestores podem tomar decisões mais eficientes, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e em conformidade com as leis e diretrizes estabelecidas.

Diferentemente da contabilidade no setor privado, cujo foco é o lucro e o patrimônio dos proprietários, a Contabilidade Pública está voltada para o bem-estar coletivo, uma vez que seus recursos pertencem à sociedade. Nesse sentido, ela assume uma responsabilidade ainda maior, pois deve assegurar que o patrimônio público seja gerido com integridade, responsabilidade fiscal e alinhamento aos princípios constitucionais, como legalidade, impessoalidade e transparência.

A importância da Contabilidade Pública aumentou consideravelmente nas últimas décadas, impulsionada pela crescente demanda por transparência e accountability (prestação de contas) nos governos, além do fortalecimento de mecanismos de controle social.

A adoção de padrões internacionais de contabilidade no setor público, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a convergência com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), têm exigido uma evolução constante das práticas contábeis, visando maior uniformidade e clareza nas informações financeiras.

A relevância dessa área torna-se ainda mais evidente quando consideramos as dimensões dos orçamentos governamentais. Em países como o Brasil, onde a arrecadação pública e a aplicação de recursos impactam diretamente o desenvolvimento econômico e social, a Contabilidade Pública se configura como uma ferramenta essencial para a boa governança, a tomada de decisões estratégicas e o controle social.

► Conceituação de Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública pode ser definida como o ramo da contabilidade voltado para o controle, registro e análise das finanças de entidades e órgãos pertencentes ao setor público, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Sua principal função é garantir que os recursos públicos sejam administrados de maneira transparente, eficiente e em conformidade com as normas legais, sempre em prol do interesse público.

► Definição e Função

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Contabilidade Pública é responsável pelo registro, controle e demonstração dos fatos e atos da administração pública que afetam o patrimônio público, sempre obedecendo às normas e princípios estabelecidos. O objetivo é fornecer informações úteis para a tomada de decisões dos gestores públicos e demais interessados, como a sociedade e os órgãos de controle.

Essa área contábil não visa apenas o controle financeiro, mas também a prestação de contas à sociedade, assegurando que os recursos sejam utilizados dentro da legalidade e da economicidade. Além disso, a Contabilidade Pública é uma ferramenta estratégica para avaliar o desempenho e a responsabilidade dos gestores públicos em relação à gestão dos recursos públicos.

► Diferenças entre Contabilidade Pública e Contabilidade Privada

Uma das principais diferenças entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Privada está nos seus objetivos e na forma como o patrimônio é tratado. Enquanto a Contabilidade Privada tem como foco principal maximizar os lucros e o retorno sobre o investimento para seus acionistas ou proprietários, a Contabilidade Pública visa garantir o uso correto dos recursos que pertencem à sociedade, visando o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.



ESCASSEZ, ESCOLHA E CUSTO DE OPORTUNIDADE

► Necessidades, recursos e decisões econômicas

A escassez econômica existe porque os recursos disponíveis para produzir bens e serviços são limitados diante da multiplicidade de necessidades e desejos. O problema não significa ausência absoluta de recursos, mas insuficiência relativa para satisfazer simultaneamente todas as finalidades possíveis. Por isso, famílias, empresas e governos precisam escolher como empregar tempo, trabalho, terra, máquinas, conhecimento e recursos financeiros. Toda escolha desloca recursos de uma alternativa para outra e, portanto, cria renúncias. Esse princípio vale tanto para uma pessoa que distribui sua renda entre alimentação e transporte quanto para uma economia que decide quanto investir em infraestrutura, educação, saúde, produção de alimentos ou capacidade industrial. A análise econômica começa justamente pela identificação das restrições existentes, das alternativas factíveis e das consequências associadas a cada decisão.

Custo de oportunidade e escolha na margem

O custo de oportunidade é o valor da melhor alternativa sacrificada quando uma opção é escolhida. Ele não se confunde necessariamente com um desembolso monetário: pode envolver tempo, produção não realizada, uso alternativo de um terreno ou outra possibilidade relevante abandonada. Em decisões graduais, interessa observar os efeitos de pequenas mudanças, comparando o benefício adicional de ampliar uma atividade com o custo adicional correspondente. Uma cooperativa agrícola, por exemplo, pode destinar parte de suas horas de máquinas ao preparo de uma nova área cultivada ou à manutenção preventiva dos equipamentos já utilizados. O custo econômico da expansão não é apenas o combustível consumido, mas também aquilo que deixa de ser obtido pela atividade alternativa mais valiosa. Na representação de duas produções, o custo de oportunidade de ampliar X em termos de Y pode ser expresso pela razão entre as variações ao longo de um trecho da fronteira:

$$CO_X = \left| \frac{\Delta Y}{\Delta X} \right|$$

Essa relação mostra que a renúncia depende da tecnologia e da forma como os recursos podem ser transferidos entre atividades. Se os recursos são muito especializados, a expansão de uma produção pode exigir perda crescente da outra. Se são facilmente adaptáveis, a substituição tende a ocorrer com menor perda relativa. O conceito, portanto, transforma a ideia geral de escassez em uma comparação objetiva entre alternativas.

► Curva de possibilidades de produção

A curva de possibilidades de produção, também chamada fronteira de possibilidades de produção, representa as combinações máximas de dois bens ou grupos de bens que podem ser produzidas com determinada quantidade de recursos e tecnologia, supondo uso eficiente desses recursos. Um ponto sobre a fronteira indica eficiência produtiva: aumentar a produção de um item exige reduzir a do outro, se não houver mudança na capacidade produtiva. Um ponto dentro da fronteira é alcançável, mas sinaliza recursos ociosos, desemprego, problemas de coordenação ou utilização tecnicamente ineficiente. Um ponto fora da fronteira não é alcançável nas condições consideradas, embora possa tornar-se viável com acumulação de capital, qualificação do trabalho, inovação tecnológica ou ampliação de recursos disponíveis.



ARQUITETURA FISCAL E PAPEL ECONÔMICO DO ESTADO

► Delimitação da atividade financeira estatal

A atividade financeira estatal abrange como o Estado obtém recursos, os transforma em despesas, administra ativos e passivos e coordena essas decisões com objetivos econômicos e sociais. A abrangência não se limita ao orçamento anual: inclui arrecadação tributária e não tributária, transferências, endividamento, patrimônio, gestão de caixa e efeitos das escolhas públicas sobre famílias, empresas e demais entes governamentais. A dimensão financeira está ligada à capacidade de sustentar serviços e investimentos ao longo do tempo, enquanto a dimensão econômica observa como receitas e gastos alteram preços relativos, renda disponível, produção e distribuição de recursos.

Receitas, despesas e patrimônio público

O fluxo financeiro do setor público pode ser compreendido por três blocos conectados. As receitas fornecem recursos para a atuação estatal; as despesas traduzem decisões de provisão de bens, serviços, transferências e investimentos; e o patrimônio registra posições acumuladas, como ativos, obrigações e dívida. Uma decisão que melhora o caixa no curto prazo pode ampliar compromissos futuros, assim como um investimento pode exigir desembolso imediato e gerar benefícios por vários exercícios. Por isso, metas de arrecadação e gasto precisam ser analisadas junto com solvência, qualidade da despesa e capacidade de financiamento.

► Objetivos fiscais, econômicos e sociais

Metas fiscais disciplinam a relação entre receitas, despesas e endividamento, mas não esgotam os objetivos da gestão fiscal. O Estado também busca garantir continuidade de serviços essenciais, reduzir vulnerabilidades sociais, corrigir falhas de mercado e criar condições para crescimento sustentável. A função de bem-estar aparece quando a ação pública procura elevar o nível de satisfação coletiva diante de situações em que a decisão puramente privada não produz resultado socialmente adequado, como em bens de uso coletivo, externalidades ou forte desigualdade de acesso.

Falhas de mercado e bens coletivos

A iluminação de vias ilustra situação em que o benefício se espalha por muitos usuários e é difícil excluir quem não paga diretamente. Já um serviço com benefício individual identificável pode admitir cobrança específica nas condições legais cabíveis. Externalidades também justificam intervenção: atividades que impõem custos a terceiros podem ser reguladas ou tributadas, enquanto atividades de elevado benefício social podem receber apoio público.

Alguns objetivos aparecem de forma recorrente nas decisões fiscais:

- Assegurar recursos para serviços e investimentos compatíveis com as responsabilidades do Estado.
- Distribuir custos e benefícios de maneira coerente com critérios de equidade.
- Preservar condições fiscais que permitam continuidade das políticas ao longo do tempo.

Esses objetivos podem entrar em tensão. Ampliar uma despesa pode elevar bem-estar no presente, mas, sem financiamento compatível, aumentar pressões sobre dívida e juros. A gestão fiscal procura compatibilizar benefícios atuais, impactos distributivos e compromissos futuros.



LEI Nº 5900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL, INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 1º O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendido na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável à matéria expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

Parágrafo único - O imposto incide também sobre:

I - a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

Nova redação dada ao inciso I do Parágrafo único do artigo 1º, pelo inciso I do artigo 1º da Lei nº 6.319/02.

II - o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - a entrada neste Estado, decorrente de operação interestadual, de:

a) energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando não destinados à comercialização ou à industrialização;

b) bem ou serviço destinados a contribuinte do ICMS, para serem utilizados, consumidos ou incorporados ao Ativo Permanente;

c) mercadoria sujeita ao regime de pagamento antecipado do ICMS;

d) mercadoria a ser comercializada sem destinatário certo, destinada a estabelecimento em situação cadastral irregular ou a contribuinte inscrito na Dívida Ativa do Estado.

Redação do inciso III, do parágrafo único do artigo 1º, dada pelo artigo 1º da Lei nº 5.979/97.



Dado é o registro bruto de um fato, evento ou característica, ainda sem interpretação suficiente para orientar uma decisão. Pode ser um número, uma data, um nome, um valor, uma localização, uma resposta de formulário ou um registro de acesso. Informação é o dado tratado, organizado e contextualizado, capaz de responder a uma necessidade específica. Conhecimento surge quando a informação é interpretada, relacionada à experiência e utilizada para orientar ações, decisões e melhorias.

Na Administração Geral, essa distinção é essencial. Um sistema pode registrar milhares de atendimentos, vendas, matrículas ou solicitações, mas esses registros só geram valor quando são organizados em relatórios, indicadores, análises e conclusões úteis. Assim, dados bem gerenciados tornam-se base para planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão.

► Importância dos dados para a Administração Geral

Gestão baseada em evidências

Organizações utilizam dados para acompanhar processos, medir resultados, identificar falhas, prever demandas e melhorar serviços. Em vez de depender apenas de percepções subjetivas, a gestão orientada por dados permite decisões mais consistentes, pois considera evidências extraídas de sistemas, operações e interações com usuários.

Alguns usos administrativos dos dados demonstram sua relevância prática:

- Monitorar produtividade, prazos, custos, atendimentos e desempenho institucional.
- Identificar gargalos em processos administrativos e operacionais.
- Apoiar decisões sobre recursos, prioridades, investimentos e políticas internas.
- Melhorar a transparência, a rastreabilidade e a prestação de contas.
- Permitir análises preditivas, planejamento estratégico e melhoria contínua.

► Qualidade e governança de dados

Confiabilidade da informação

A utilidade dos dados depende de sua qualidade. Dados incompletos, desatualizados, duplicados ou inconsistentes podem gerar análises equivocadas e decisões inadequadas. Por isso, é necessário cuidar de critérios como completude, precisão, consistência, atualidade e relevância.

A governança de dados define responsabilidades, padrões, regras de acesso, segurança, privacidade e formas de uso da informação. Ela garante que os dados sejam tratados como ativos organizacionais, protegidos contra uso indevido e utilizados de forma ética, segura e alinhada aos objetivos institucionais.

CONCEITOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

► Conceito de Inteligência Artificial

Sistemas capazes de executar tarefas cognitivas

Inteligência Artificial é uma área da computação voltada à criação de sistemas capazes de executar tarefas que normalmente exigiriam algum grau de inteligência humana. Essas tarefas podem envolver reconhecimento de padrões, classificação de informações, previsão de resultados, interpretação de linguagem, recomendação de opções, tomada de decisão assistida e adaptação a dados.



O Gerenciamento de Processos de Negócio, também conhecido como BPM (Business Process Management), é uma abordagem que visa aprimorar a eficiência e eficácia dos processos de uma organização.

Para isso, o BPM utiliza técnicas e ferramentas que permitem o mapeamento, análise, modelagem, automação, monitoramento e melhoria contínua dos processos de negócio.

Com o gerenciamento de processos, é possível identificar gargalos, eliminar atividades desnecessárias, reduzir erros e retrabalhos, aumentar a produtividade, melhorar a qualidade dos produtos e serviços, e, conseqüentemente, elevar a satisfação dos clientes e a competitividade da empresa.

Além disso, o BPM permite uma visão holística e integrada dos processos, favorecendo a colaboração entre as áreas e a tomada de decisões baseada em dados e indicadores de desempenho.

Porém, para que o gerenciamento de processos seja efetivo, é fundamental o envolvimento e comprometimento de toda a equipe, a definição clara de responsabilidades e papéis, o alinhamento com a estratégia da empresa, e a adoção de uma cultura de melhoria contínua.

Assim, o BPM pode ser considerado uma abordagem essencial para as organizações que buscam alcançar a excelência operacional e se destacar em um mercado cada vez mais competitivo e exigente.

► Técnicas de mapeamento de processos

Existem diversas técnicas de mapeamento de processos que podem ser utilizadas no Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM).

Uma das técnicas mais comuns é o fluxograma, que consiste em representar graficamente os passos do processo por meio de símbolos e setas, facilitando a compreensão e identificação de falhas e oportunidades de melhoria.

Outra técnica é a modelagem de processos, que consiste em representar os processos em um modelo gráfico que mostra como as atividades se relacionam, os recursos necessários e os resultados esperados. Essa técnica é muito útil para entender a sequência de atividades e para avaliar a viabilidade e eficiência do processo.

Também existem técnicas como a matriz de responsabilidade, que ajuda a definir as funções e responsabilidades dos colaboradores envolvidos em cada etapa do processo, e a análise SWOT, que permite identificar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do processo.

Além disso, as ferramentas de automação de processos podem ser utilizadas para automatizar etapas repetitivas e burocráticas, reduzindo erros e aumentando a eficiência do processo.

O importante é escolher as técnicas de mapeamento de processos adequadas para cada situação e garantir que a equipe esteja capacitada para utilizá-las de forma efetiva. Isso permitirá que os processos sejam gerenciados de forma mais eficiente e eficaz, resultando em ganhos para a organização.

► Modelos AS-IS, TO-BE e TO-RUN

Os modelos AS-IS, TO-BE e TO-RUN são muito utilizados no Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM) para representar o estado atual, o estado desejado e o estado futuro do processo, respectivamente.

O modelo AS-IS representa a situação atual do processo, ou seja, como ele é executado atualmente na organização. Esse modelo é muito útil para identificar oportunidades de melhoria e pontos de desperdício e retrabalho.

Já o modelo TO-BE representa o estado desejado do processo, ou seja, como ele deverá ser executado após as mudanças e melhorias serem implementadas. Esse modelo é muito útil para estabelecer metas e objetivos claros para a equipe e para garantir que as mudanças estejam alinhadas com a estratégia da organização.

**MODELOS DE NUVEM, CAMADAS DE SERVIÇO E ADEQUAÇÃO DE WORKLOADS****► Nuvem pública, privada e combinação de ambientes**

A computação em nuvem organiza recursos de processamento, armazenamento e rede como capacidades provisionáveis sob demanda. Em uma nuvem pública, a infraestrutura pertence a um provedor que atende múltiplos clientes com isolamento lógico entre ambientes. O consumo costuma ser elástico e medido, o que facilita ampliar ou reduzir capacidade sem aquisição prévia de equipamentos. Em uma nuvem privada, os recursos são dedicados a uma única organização e podem operar em datacenter próprio ou em infraestrutura hospedada. O ganho de controle é maior, mas a organização assume parcela mais ampla de planejamento de capacidade, atualização, disponibilidade e operação.

Critérios de escolha e desenho híbrido

A decisão entre nuvem pública e privada depende de requisitos técnicos e de negócio, como sensibilidade dos dados, latência, integração com sistemas antigos, previsibilidade de carga, requisitos de soberania, necessidade de elasticidade e capacidade da equipe de operar a plataforma. Ambientes híbridos conectam recursos privados e públicos para distribuir aplicações e dados conforme essas exigências. Um sistema transacional que depende de equipamentos internos pode permanecer em ambiente privado, enquanto uma camada web sazonal pode aproveitar elasticidade pública. A conectividade, a identidade e a observabilidade precisam ser tratadas de forma coerente para que a combinação não produza ilhas operacionais.

► IaaS, PaaS e SaaS na distribuição de controle

Os modelos de serviço expressam quanto da pilha tecnológica é administrado pelo provedor e quanto permanece sob responsabilidade do cliente. IaaS oferece infraestrutura virtualizada, permitindo ao cliente configurar sistemas operacionais, middleware e aplicações. PaaS eleva o nível de abstração ao entregar um ambiente gerenciado para execução e implantação, reduzindo tarefas de sistema operacional e runtime. SaaS fornece a aplicação pronta para uso, deixando ao cliente sobretudo configuração funcional, gestão de usuários, dados e políticas de uso.

A comparação abaixo evidencia como a camada de abstração modifica a liberdade de configuração e o volume de operação direta.

Modelo	Principal capacidade entregue	Controle do cliente	Operação típica do cliente	Workload adequado
IaaS	Máquinas, rede e armazenamento virtuais	Alto sobre sistema e aplicação	Sistema operacional, middleware, patches da camada contratada e aplicação	Sistemas que exigem configuração específica
PaaS	Ambiente gerenciado de execução	Médio, concentrado em código e dados	Aplicação, parâmetros, dependências permitidas e dados	APIs e aplicações com runtime padronizado
SaaS	Aplicação completa	Baixo sobre a plataforma	Usuários, dados, regras funcionais e configuração	Correio, colaboração e aplicações empresariais prontas

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023**

Altera o Sistema Tributário Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 43.

§ 4º *Sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais a que se refere o § 2º, III, considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.” (NR)*

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

.....” (NR)

“Art. 105.

I -

j) os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

.....” (NR)

“Art. 145.

§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

§ 4º *As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.” (NR)*

“Art. 146.

III -

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, inclusive em relação aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e V, e § 12 e da contribuição a que se refere o art. 239.

§ 1º

**ARQUITETURA DIGITAL, FINALIDADE FISCAL E INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES****► O SPED como infraestrutura de obrigações digitais**

O Sistema Público de Escrituração Digital integra a modernização das relações entre contribuintes e administrações tributárias. Instituído pelo Decreto nº 6.022/2007, ele substituiu grande parte da lógica de livros e documentos em papel por arquivos estruturados, transmissões eletrônicas e documentos fiscais de existência digital. Seu funcionamento não elimina as obrigações tributárias materiais nem transfere ao sistema a responsabilidade pela qualidade dos dados. A empresa continua responsável por gerar informações completas, coerentes com os fatos praticados e compatíveis com as regras aplicáveis ao estabelecimento, ao tributo e ao período informado.

Integração entre fiscos e padronização dos dados

A arquitetura do SPED favorece o compartilhamento de informações entre órgãos tributários dentro das competências legais de cada ente. A padronização de leiautes permite que dados originados em sistemas empresariais sejam recebidos em formatos conhecidos, submetidos a validações e posteriormente utilizados em controles automatizados. Para a auditoria fiscal, esse desenho amplia a capacidade de relacionar uma operação comercial ao documento que a representa, ao registro escritural correspondente e aos efeitos tributários declarados. Uma mesma realidade econômica deixa rastros em diferentes conjuntos de dados, o que torna a coerência entre eles um requisito essencial de conformidade.

► Escriturações digitais e documentos fiscais eletrônicos

O SPED reúne soluções com funções distintas. Entre as escriturações estão a Escrituração Contábil Digital, a Escrituração Contábil Fiscal, a EFD-Contribuições e a EFD ICMS/IPI. Entre os documentos fiscais eletrônicos de uso amplo estão a NF-e, a NFC-e, o CT-e e o MDF-e. A escrituração organiza fatos de determinado período em registros encadeados; o documento eletrônico, por sua vez, nasce vinculado a uma operação ou prestação específica e possui ciclo próprio de autorização, eventos e armazenamento. A distinção é relevante porque a existência de um documento autorizado não garante, por si só, que ele tenha sido tratado corretamente na escrituração periódica.

A comparação abaixo evidencia funções diferentes dentro do ecossistema digital e mostra por que a auditoria não pode tratar todos os arquivos como se fossem equivalentes.

Componente	Objeto principal	Momento de formação	Utilidade para auditoria
Escrituração digital	Conjunto organizado de registros de um período	Consolidação periódica	Examinar apuração, classificação e completude
Documento fiscal eletrônico	Operação ou prestação individual	Emissão e autorização ligadas ao fato documentado	Confirmar existência, conteúdo e situação do documento
Evento eletrônico	Alteração ou manifestação ligada a documento	Após ou durante o ciclo do documento	Verificar cancelamento, correção, ciência ou outra ocorrência admitida

A leitura conjunta desses componentes evita conclusões baseadas em apenas uma camada. Um estabelecimento industrial, por exemplo, pode emitir NF-e de saída durante o mês, receber CT-e relativos ao transporte de mercadorias e depois consolidar as operações na EFD ICMS/IPI. O controle adequado acompanha a passagem dos dados desde a origem operacional até a escrituração, sem confundir a autorização do documento com a correção do tratamento tributário aplicado.



Conceitos de informação, dados, representação de dados, conhecimentos, segurança e inteligência

São conceitos bem distintos, muito embora exista uma certa gradação entre eles, dentro de uma escala de discernimento com o tempo: o dado gera a informação que, por sua vez, leva ao conhecimento, refletido finalmente em inteligência aplicada no resultado de eventos futuros¹.

Dados

Dados são códigos que constituem a matéria-prima da informação, ou seja, é a informação não tratada. Os dados representam um ou mais significados que isoladamente não podem transmitir uma mensagem ou representar algum conhecimento.

Em uma pesquisa eleitoral por exemplo, são coletados dados, isto é, cada participante da pesquisa fornece suas opiniões e escolhas sobre determinados candidatos, mas essas opiniões não significam muita coisa no âmbito da eleição. Só depois de ser integrada com as demais opiniões é que teremos algo significativo.

Informação

Informações são dados tratados. O resultado do processamento de dados são as informações. As informações têm significado, podem ser tomadas decisões ou fazer afirmações considerando as informações.

No exemplo da pesquisa eleitoral, os pesquisadores retêm dados dos entrevistados, mas quando inseridos nos sistemas e processados produzem informações e essas informações indicam quem tem mais chance de ser eleito, entre outras.

Desta forma podemos dizer que a informação é o conjunto de dados que foram processados, seja por meio eletrônico, mecânico ou manual e que produziu um resultado com significado.

Conhecimento

O conhecimento vai além de informações, pois, além de ter um significado tem uma aplicação. Veja aqui os tipos de conhecimento.

Conhecimento é o ato ou efeito de abstrair ideia ou noção de alguma coisa, como por exemplo: conhecimento das leis; conhecimento de um fato (obter informação); conhecimento de um documento; termo de recibo ou nota em que se declara o aceite de um produto ou serviço; saber, instrução ou cabedal científico (homem com grande conhecimento).

As informações são valiosas, mas o conhecimento constitui um saber. Produz ideias e experiências que as informações por si só não serão capazes de mostrar. Se informação é dado trabalhado, então conhecimento é informação trabalhada.

Inteligência

Há muitos conceitos para definir inteligência, como a capacidade para lógica, abstração, memorização, compreensão, autoconhecimento, comunicação, aprendizado, controle emocional, planejamento e resolução de problemas. Note que algumas dessas formas dependem de conhecimento. Portanto, de certa forma o processamento de dados, a geração das informações e a consequente geração do conhecimento pode sim contribuir para o desenvolvimento da inteligência de uma pessoa.

A Inteligência pode ser considerada como a capacidade de saber agrupar seu conhecimento de forma útil, usando-o a seu favor da melhor forma possível.

¹ <https://bit.ly/3gg9Qt4>



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!